

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.362 - RS (2019/0289594-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : AMABILE CARRA CHIARELLO
ADVOGADO : ADEMIR BASSO - RS056781
RECORRIDO : UNIMED NORDESTE RS SOCIEDADE COOP DE SERV MÉDICOS LTDA
ADVOGADOS : MARIANA CAMPAGNOLO DOS SANTOS MACHADO E OUTRO(S) - RS055676
CÂNDIDA ANDRADE VOLPATO - RS082351
RAFAEL PINHEIRO - RS094723B

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por AMABILE CARRA CHIARELLO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 170):

"Agravado de instrumento. Seguros. Planos de saúde. Ação revisional. Cumprimento de sentença. Valores devidos pelo autor à operadora do plano de saúde, decorrentes de pagamento de mensalidades a menor, em razão de antecipação de tutela. Incidência de juros de mora. Ao postular a concessão da antecipação de tutela no sentido de deixar de pagar parte da mensalidade contratada, a parte fica sujeita à sua revogação, caso em que deve arcar com os consectários decorrentes do atraso ocasionado pelo deferimento da medida. Eficácia ex tunc da decisão que cassa a liminar. Retornando as partes ao status quo ante, cabe à operadora do plano de saúde o recebimento das mensalidades devidas, inclusive com os encargos decorrentes da mora. Agravado de instrumento não provido."

Os embargos de declaração foram rejeitados, vide acórdão às fls. 191-197.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 394, 395, 396 e 397 do Código Civil, ao argumento, entre outros, que se tratando "(...) de valores que deixaram de ser pagos por conta de antecipação de tutela, posteriormente revogada, deverão ser acrescidos unicamente de correção monetária pelo IGP-M, a partir da data do vencimento de cada mensalidade, não havendo a incidência de juros moratórios até a interpelação judicial para pagamento (...)". (fl. 207)

Contrarrazões às fls. 225-242.

É o relatório. Decido.

O recurso em apelo merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação aos arts. 394, 395, 396 e 397 do CC, a recorrente defende o afastamento da incidência dos juros de mora, pois a revogação da antecipação de tutela não ocasiona a mora automaticamente. Por sua vez, o TJ-RS, com arrimo no acervo fático-probatório, assim dirimiu a controvérsia (fls. 171-175):

"A decisão que concede a antecipação de tutela é uma decisão provisória, fundada em um juízo de cognição sumária, sendo que a decisão que a revoga ou confirma em outros termos possui efeito ex tunc, ou seja, retroage à data da concessão.

Entendo que o caso dos autos difere das ações de revisão de complementação de aposentadoria apreciadas por esta câmara. Naquelas ações houve o recebimento de valores em razão da antecipação de tutela, sendo que para a restituição do status quo basta a incidência da correção monetária, naquelas demandas há tão somente um dever de restituição. Já em casos como o dos autos a requerida, credora em relação à autora, deixou de receber parte das mensalidades, sendo que em razão do efeito ex tunc, as quantias são devidas desde o vencimento de cada mensalidade, ou seja, está caracterizada a mora, há dever de pagamento.

Ao postular a concessão da antecipação de tutela no sentido de deixar de pagar parte da mensalidade contratada, a parte fica sujeita à sua revogação, caso em que deve arcar com os consectários decorrentes do atraso ocasionado pelo deferimento da medida, cuja cassação tem eficácia ex tunc. Diante deste quadro, a ora agravante está em mora com a diferença não adimplida desde o vencimento de cada uma das mensalidades.

(...)

Assim, deve haver a incidência de juros sobre os valores devidos pela parte autora, como meio de compensação à ré que não dispôs do numerário, devido e não pago, durante o atraso no pagamento." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu que deve haver a incidência de juros sobre os valores devidos como meio de compensação, pois a credora não dispôs do numerário durante o atraso no pagamento.

Superior Tribunal de Justiça

A Corte de origem, ao reconhecer a possibilidade de imputação de mora ao recorrente sobre valores a serem por eles devolvidos, em razão da revogação da decisão que antecipou os efeitos da tutela, divergiu do entendimento atual do STJ, no sentido de que a que não há como determinar a incidência de juros de mora sobre os valores a serem devolvidos em virtude da revogação da decisão que antecipou os efeitos da tutela, haja vista a inexistência de fato ou de omissão imputável ao autor de ação revisional que tenha atrasado a devolução de valores constantes em contrato. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.354.482/RS (3ª Turma, DJe 21/03/2019) e AgInt nos EDcl no REsp 1.568.918/RS (4ª Turma, DJe 10/12/2018).

Logo, nos termos da Súmula 568/STJ, o acórdão recorrido merece reforma.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para afastar a incidência dos juros de mora no período.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator